

ANO XXIV N. 138 19/8/2026

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Portaria Presidência n. 371, de 13 de agosto de 2026](#)

Institui Grupo de Trabalho destinado a coordenar e acompanhar, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, as providências necessárias à implementação da Lei nº 15.479/2026, relativas à transferência automática de prestações alimentícias e à consolidação de estatísticas nacionais sobre a atividade judiciária.

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 4-6)

[Portaria Presidência n. 373, de 13 de agosto de 2026](#)

Atualiza Portarias de colegiados e políticas do Conselho Nacional de Justiça.

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 6-8)

[Portaria Presidência n. 374, de 14 de agosto de 2026](#)

Altera a Portaria Presidência n. 160/2020, que regulamenta o envio de dados da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), o saneamento e o acesso público por meio de API (Application Programming Interface).

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 8-10)

[Portaria Presidência n. 377, de 17 de agosto de 2026](#)

Altera a Portaria Presidência nº 227/2026, que regulamenta o Selo Linguagem Simples 2026.

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 11)

[Provimento n. 249, de 17 de agosto de 2026](#)

Qualifica a Corregedoria Nacional de Justiça como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT Pública, incorpora a pesquisa aplicada, o desenvolvimento tecnológico e a inovação à sua missão institucional e dá outras providências.

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 18-21)

[Provimento n. 250, de 17 de agosto de 2026](#)

Institui a Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Corregedoria Nacional de Justiça – INOVA-CN, dispõe sobre o Núcleo de Inovação Tecnológica da Corregedoria Nacional de Justiça – NIT-CN e estabelece mecanismos para estruturação, financiamento e execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 21-34)

[Provimento n. 251, de 17 de agosto de 2026](#)

Disciplina o relacionamento da Corregedoria Nacional de Justiça, na condição de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT Pública, com fundações de apoio credenciadas ou autorizadas para apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I.

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 34-42)

[Provimento n. 254, de 18 de agosto de 2026](#)

Institui a Política Nacional de Auditoria Permanente da Atividade Jurisdicional, cria o Sistema Nacional de Auditoria Permanente dos Processos Judiciais – SINAPJUD, disciplina o monitoramento nacional dos processos conclusos além do prazo de 120 dias e estabelece o Sistema Nacional de Conformidade Correicional e dá outras providências.

(DJe/CNJ 19/8/2026, p. 46-49)